

**CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE
FLORIANÓPOLIS S.A.**

**Demonstrações financeiras referente ao período
compreendido entre 11 de maio e 31 de dezembro de 2017**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A (“Concessionária” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referente ao período compreendido entre 11 de maio e 31 de dezembro de 2017. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

1. Perfil Institucional

A Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para expansão, manutenção e operação da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Florianópolis pelo período correspondente a 30 anos. O aeroporto está situado no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), e sua operação teve início em 03 de janeiro de 2018.

2. Controle Acionário

O controle acionário da Companhia pertence à Flughafen Zürich AG companhia que opera o aeroporto Internacional de Zurich e é responsável pela operação de 02 aeroportos no Chile, Curaçao, Bogotá e Belo Horizonte no Brasil. O aeroporto de Zurique, na Suíça, foi eleito 14 vezes o melhor aeroporto da Europa. O aeroporto de Zurich recebe aproximadamente 30 milhões de passageiros por ano, em um ambiente harmonioso e funcional.

3. Ambiente Macroeconômico

Reflexo da crise política dos últimos anos, em 2017 a economia brasileira entrou em vias de recuperação. Conforme Boletim Focus, divulgado semanalmente pelo Banco Central, as projeções de crescimento para 2018 são positivas.

Após um processo de ajustes, de políticas fiscais e monetárias contracionistas, coordenados pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central iniciados em 2014, a inflação mensurada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) encerrou o ano de 2017 em 2,95%, abaixo da meta de 3% fixada pelo governo. Este fator abriu espaço para uma forte redução na taxa básica de juros, mensurada pela SELIC, que encerrou o ano de 2017 em 7,0%, uma redução de quase 50% em relação à 2016, que foi de 13,75%.

Estes fatores indicam uma melhora no ambiente de negócios brasileiro e uma reversão da recessão. Para os próximos anos, a economia brasileira possui grandes desafios, como por exemplo a recuperação dos postos de empregos perdidos durante a crise econômica.

4. Desempenho Operacional

Durante o período compreendido entre 11 de maio e 31 de dezembro de 2017 a Companhia não auferiu receitas, uma vez que iniciou sua atividade operacional no ano de 2018.

5. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações e de preferência à subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, na forma do Artigo 171 da Lei das Sociedades Anônimas, sendo vedada a emissão de ações preferenciais, partes beneficiárias e bônus de subscrição.

6. Serviços de Auditoria

O Concessionária informa que os auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2017.

7. Agradecimentos

A Administração da Concessionária agradece a todos seus fornecedores, clientes, parceiros, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores, colaboradores e a todos que contribuem para as atividades desempenhadas pela Companhia.

A Administração

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FLORIANÓPOLIS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO		
	Nota	31.12.2017
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalente de caixa	5	46.359
Estoques		57
Tributos a recuperar	6	556
Adiantamentos	7	797
Despesas antecipadas	8	2.909
Outros créditos		17
		50.695
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Tributos diferidos	6	2.359
		2.359
Imobilizado	9	3.091
Intangível	10	151.129
		154.220
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		156.579
TOTAL		207.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FLORIANÓPOLIS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	Nota	31.12.2017
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores	11	2.612
Salários e encargos sociais	12	1.911
Tributos a recolher		483
Seguros a pagar	13	1.507
Outros passivos	14	2.383
		8.896
PASIVO NÃO CIRCULANTE		
Partes relacionadas	15	1.830
Concessão a pagar	16	55.045
		56.875
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	17	150.000
Prejuízos acumulados		(8.497)
		141.503
TOTAL		207.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FLORIANÓPOLIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 11 DE MAIO E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2017</u>
Receita operacional líquida	18	10.156
Custo de construção	18	<u>(10.156)</u>
RESULTADO BRUTO		-
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	19	<u>(9.789)</u>
RESULTADO OPERACIONAL		(9.789)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	20	2.628
Despesas financeiras	20	<u>(3.695)</u>
		(1.067)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(10.856)
Imposto de renda e contribuição social diferido	6	<u>2.359</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>(8.497)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FLORIANÓPOLIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 11 DE
MAIO E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Prejuízo do período</u>		(8.497)
Outros resultados abrangentes		-
<u>Resultado abrangente do período</u>		<u>(8.497)</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FLORIANÓPOLIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO COMPREENDIDO
ENTRE 11 DE MAIO E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar		
Constituição em 11/05/2017	1	-	-	1
Capital subscrito em 14/06/2017	29.999	-	-	29.999
Capital subscrito em 06/07/2017	275.000	(155.000)	-	120.000
Prejuízo do período	-	-	(8.497)	(8.497)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	305.000	(155.000)	(8.497)	141.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FLORIANÓPOLIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA O PERÍODO COMPREENDIDO
ENTRE 11 DE MAIO E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos		(10.856)
Ajustes		
Depreciação	9	88
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	2.359
Atualização monetária outorga fixa	20	1.713
Ajuste a valor presente outorga fixa	20	1.143
Prejuízo ajustado		(5.553)
Aumento nos ativos		
Estoques		(57)
Tributos a recuperar		(556)
Adiantamentos		(797)
Despesas antecipadas		(2.909)
Outros créditos		(2.376)
Aumento nos passivos		
Fornecedores		2.612
Salários e encargos sociais		1.911
Tributos a recolher		483
Seguros a pagar		1.507
Outros passivos		2.383
Partes relacionadas		1.830
Caixa gerado pelas utilizados nas operações		(1.522)
Fluxo de caixa líquido utilizados nas atividades operacionais		(1.522)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aumento no imobilizado	9	(3.179)
Aumento no intangível	10	(98.940)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(102.119)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital social		150.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		150.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		46.359
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período		-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período		46.359
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		46.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FLORIANÓPOLIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A. (“Concessionária” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima e tem como objeto a prestação de serviços públicos para a expansão, manutenção e operação da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Florianópolis – Hercílio Luz, localizada na Avenida Deputado Diomício Freitas, 3.393, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. A Companhia é controlada 100% pela Zurich Airport.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Florianópolis no dia 28 de julho de 2017 pelo período correspondente a 30 anos, tendo seu início operacional em 03 de janeiro de 2018, podendo ser renovado por mais 5 (cinco) anos. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de contribuições fixas e variáveis, conforme descritos na Nota Explicativa nº 16.

Durante o período compreendido entre 11 de maio e 31 de dezembro de 2017 a Companhia iniciou os investimentos para a construção do novo terminal, o qual estará concluído até outubro de 2019.

2 - BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP)

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 23 de fevereiro de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b) Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente em todo período apresentado nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos em empréstimos e recebíveis que compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, adiantamentos e outros créditos.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos em outros passivos financeiros que compreendem fornecedores, seguros a pagar, outros passivos e concessões pagar.

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Concessionária reconhece os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

b) Reconhecimento de receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável. As receitas da Companhia são oriundas de:

(i) Receita de construção

São reconhecidas as receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços. A margem de construção é calculada em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou perda registrada no resultado do período.

d) Estoques

Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicável.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados ao custo de histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis e das respectivas depreciações acumuladas.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(i) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f) Intangível

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis e das respectivas amortizações acumuladas pelo método linear e/ou curva de demanda a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- *Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados*
São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada.
- *Direito de concessão*
Refletem o custo de aquisição do direito de operar o Aeroporto Internacional de Florianópolis e são amortizados ao longo do prazo da concessão, pela curva de demanda.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

g) Contrato de Concessão

O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do complexo aeroportuário, a ser implementada em fases:

- Fase I-A – fase de transferência das operações do Aeroporto da Infraero para a Concessionária;
- Fase I-B – fase de ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e recomposição total do nível de serviço e
- Fase II – demais fases de ampliação, manutenção, exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA, de acordo com o disciplinado na Subseção III da fase II.

A vigência do Contrato de Concessão será pelo prazo de 30 (trinta) anos, sendo contado a partir da data da sua eficácia datada em 30 de agosto de 2017. O contrato poderá ser prorrogado por até 5 (cinco) anos, uma única vez, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

O Complexo Aeroportuário foi transferido à Concessionária no estado em que se encontrava, concomitantemente à celebração do Contrato de Concessão.

Os investimentos para a construção do novo terminal aeroportuário estão contabilizados no intangível. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário. Os bens integrantes da Concessão, decorrentes de investimentos realizados pela Concessionária, deverão ser depreciados e amortizados pela vida útil ou pelo prazo de Concessão, dos dois o menor.

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação, dentre outras, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão.

A Concessionária se obriga a pagar à União, mediante depósito ao Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC, a Contribuição Fixa, constituída pela Contribuição Fixa Inicial e pelas Contribuições Fixas Anuais, e a Contribuição Variável.

A Contribuição Fixa Inicial, decorrente da oferta realizada no Leilão, corresponde a R\$ 83.333 mil (oitenta e três milhões, trezentos e trinta e três mil reais), a qual foi liquidada na data da assinatura do Contrato, reajustado pelo IPCA-IBGE.

As Contribuições Fixas Anuais totalizavam na data da assinatura do contrato em R\$ 158.205 e são atualizadas pelo IPCA-IBGE e trazidas a valor presente mensalmente. O valor atualizado das Contribuições Fixas Anuais em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 55.045. A primeira Contribuição Fixa Anual terá seu respectivo pagamento devido após 72 (setenta e dois) meses da Data de Eficácia do Contrato, sendo que

as demais Contribuições Fixas Anuais terão seus respectivos pagamentos devidos a cada 12 (doze) meses subsequentes.

A Concessionária se comprometeu a realizar Contribuição Variável Anual que corresponde ao montante anual em reais resultante da aplicação de alíquota de 5% (cinco por cento) sobre a totalidade da receita bruta da Concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais. O pagamento da Contribuição Variável se dará no momento da apresentação dos demonstrativos contábeis.

A Companhia, desde 31 de agosto de 2017 (data de eficácia do contrato de Concessão), ingressou a fase I-A. Na presente data a Concessionária se encontra no 3º estágio da fase I-A do contrato de Concessão e iniciou as obras da construção do novo terminal, objeto da fase I-B.

h) Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa a partir de seu uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs.

i) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), correntes e diferidos, são calculados com base nos resultados tributáveis. As alíquotas vigentes na data do balanço são: (i) Imposto de renda – calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro contábil ajustado, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social – calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para a apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os tributos diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade e aprovado pela Administração.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

j) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que essas normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

Novos procedimentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018:

- O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais alterações que o CPC 48 / IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção, mas em uma análise preliminar avaliou que não são esperados impactos significativos.
- CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes, introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47/ IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. Tendo em vista que operação comercial da

Concessionária iniciou-se em 03 de janeiro de 2018, a Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Novos procedimentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Concessionária.

4 – GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia está concentrado nos depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

(ii) Risco de gestão de capital

A gestão de capital visa a Concessionária assegurar que mantém uma classificação de crédito forte e um capital capaz de apoiar os negócios da Companhia, maximizando assim o retorno para o seu acionista.

	31.12.2017
Concessão de serviço público	55.045
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(46.359)
Dívida líquida	8.685
Patrimônio líquido	141.503
Patrimônio líquido e dívida líquida	150.188
Índice de endividamento líquido	0,06

(iii) Risco de liquidez

Representa o risco de a Companhia não vir a dispor de recursos financeiros líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para a gestão da liquidez de caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorados periodicamente pelo departamento Financeiro. O excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em aplicações financeiras.

(iv) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: decorrente da parcela da dívida referenciada ao IPCA/IBGE relativo a concessão a pagar, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável na inflação.

Risco de taxas de câmbio: possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas.

(v) Risco regulatório

As tarifas aeroportuárias utilizadas pela Concessionária são reguladas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) com o intuito de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de Concessão.

(vi) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Companhia está exposta a riscos de incorrer em perdas por conta de flutuações em taxas de juros e outros indexadores sobre seus ativos e passivos financeiros.

A seguir demonstramos os montantes que estão sujeitos a tais riscos, considerando três cenários: (i) cenário provável; (ii) variação de 25% e (iii) variação de 50%.

Ativo financeiro			Cenário		
Operação	Risco		provável (i) (*)	Cenário 25% (ii)	Cenário 50% (iii)
Aplicações financeiras	Redução do CDI (% ao ano)		6,89%	5,17%	3,45%
R\$ 46.257			3.187	2.390	1.594
Passivo financeiro			Cenário		
Operação	Risco		provável (i) (*)	Cenário 25% (ii)	Cenário 50% (iii)
Concessão	Aumento do IPCA (% ao ano)		4,04%	5,05%	6,06%
R\$ 55.045			2.224	2.780	3.336

(*) Fonte: BACEN

b) Classificação contábil

	2017
	Empréstimos e recebíveis
Ativos financeiros	
Caixa e equivalentes de caixa	46.359
Adiantamentos	797
Outros créditos	17
	Custo Amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	2.612
Seguros a pagar	1.507
Outros passivos	2.383
Concessões a pagar	55.045

c) Valor de mercado dos instrumentos financeiros - Valor Justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam dos seus valores justos.

5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2017
Caixa e bancos	102
Aplicações financeiras	46.257
	46.359

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB's), com rentabilidade referenciada a 97% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em condições competitivas de mercado, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer restrições.

6 – TRIBUTOS A RECUPERAR E DIFERIDO

a) Tributos a recuperar

	<u>31.12.2017</u>
IRRF	555
Outros	1
	<u>556</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31.12.2017</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.359
	<u>2.359</u>

A Concessionária reconheceu impostos de renda e contribuição social diferidos no exercício de 2017 sobre prejuízos fiscais, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e aprovado pela Administração.

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31.12.2017</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(10.856)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:	
Provisão Bônus	629
Partes relacionadas	1.830
Ajuste a valor presente	1.143
Demais despesas indedutíveis	275
Lucro (prejuízo) ajustado	(6.980)
Alíquota nominal	34%
Imposto de renda	(1.731)
Contribuição social	(628)
Tributo diferido	<u>(2.359)</u>

A expectativa de utilização do imposto de renda e contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

Ano	Valor
2018	2.359

7 – ADIANTAMENTOS

	31.12.2017
Adiantamentos a Terceiros	624
Adiantamentos a Funcionários	173
	797

8 – DESPESAS ANTECIPADAS

	31.12.2017
Prêmio de Seguros a Apropriar	2.909
	2.909

Em 31 de dezembro de 2017, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantam continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia e garantia de obrigações públicas.

9 – IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2017		
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Máquinas e equipamentos	10	18	-	18
Móveis e utensílios	10	78	(1)	77
Edificações, obras civis e benfeitorias	10	616	(5)	611
Equipamentos de informática	20	2.430	(81)	2.349
Outros	10	37	(1)	36
		3.179	(88)	3.091

b) Mutação do ativo imobilizado no período compreendido entre 11 de maio e 31 de dezembro de 2017

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações, obras civis e benfeitorias	Equipamentos de informática	Outros	Total
Ingressos	18	78	616	2.430	37	3.179
Depreciação	-	(1)	(5)	(81)	(1)	(88)
Saldo em 31/12/2017	18	77	611	2.349	36	3.091

10 – INTANGÍVEL

a) Composição

	31.12.2017			
	Taxa média anual de amortização	Amortização	Valor	
		Custo	Acumulada	Líquido
Direito de outorga	(*)	136.625	-	136.625
ERP e Softwares	20%	4.065	-	4.065
Marcas e patentes		186	-	186
Intangível em andamento		10.156	-	10.156
Adiantamento a fornecedores		97	-	97
		151.129	-	151.129

(*) Amortização pela curva de demanda.

b) Mutação do ativo intangível no período compreendido entre 11 de maio e 31 de dezembro de 2017

	Direito de outorga	ERP e Softwares	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Ingressos	136.625	4.065	186	10.156	97	151.129
Amortização	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	136.625	4.065	186	10.156	97	151.129

A Concessionária reconheceu em 31 de dezembro de 2017 o direito de outorga, ajustada a valor presente, à uma taxa real de desconto de 6,60% ao ano compatível com uma taxa de juros estimada para emissão de dívida com prazo semelhante a outorga e terá sua amortização de acordo com a curva estimada de passageiros.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva. Em virtude de a Companhia ainda estar em fase de implementação dos sistemas, não houve nenhum registro de amortização.

O intangível em andamento apresenta os investimentos realizados para a construção do novo terminal, que se encontra em fase inicial e tem previsão de investimento de R\$ 550 milhões, com prazo de conclusão para outubro de 2019.

11 – FORNECEDORES

O montante de R\$2.612 em 31 de dezembro de 2017, refere-se a contas a pagar aos fornecedores relacionados as obras para a construção do novo terminal e fornecedores gerais.

12 – SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	31.12.2017
Salários e encargos sociais	1.282
Provisão bônus	629
	1.911

13 – SEGUROS A PAGAR

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2017 um montante de R\$ 1.507 de seguros a pagar no passivo circulante.

14 – OUTROS PASSIVOS

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2017 um montante de R\$ 2.384 referente ao contrato de prestação de serviço com a empresa Sistemas Aeroportuários SITA para a implantação do sistema operacional do aeroporto cujo serviço foi prestado em 2017, e a nota fiscal será emitida em 2018.

15 – PARTES RELACIONADAS

A acionista Flughafen Zürich AG cedeu alguns profissionais da Suíça para realizarem trabalhos estratégicos voltados para a estruturação da Companhia, corroborando para o Take Over de 03 de janeiro de 2018 (entrada efetiva da Floripa Airport na operação do aeroporto). A Concessionária reconheceu em 31 de dezembro de 2017 um passivo *intercompany* no montante de R\$ 1.830.

Remuneração da Administração

A remuneração relacionada às pessoas chaves da Administração em 31 de dezembro de 2017 é de R\$772.

16 – CONCESSÃO A PAGAR

Decorrente do contrato de concessão firmando entre a Companhia e a ANAC, a Companhia reconheceu no passivo não circulante um montante de R\$ 55.045. A correspondente obrigação é atualizada mensalmente pelo IPCA e ajustada a valor presente, considerando uma taxa de desconto de 6,60% ao ano compatível com uma taxa de juros estimada para emissão de dívida com prazo semelhante a outorga.

	31.12.2017
Valor outorga	162.496
(-) Ajuste a valor presente	(110.307)
Atualização monetária	1.713
Reversão ajuste valor presente	1.143
	55.045

A primeira Contribuição Fixa Anual terá seu respectivo pagamento devido após 72 (setenta e dois) meses da Data de Eficácia do Contrato, sendo que as demais Contribuições Fixas Anuais terão seus respectivos pagamentos devidos a cada 12 (doze) meses subsequentes.

17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, está representado por 305.000.000 (trezentos e cinco milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Foram subscritos um montante de R\$ 305.000, tendo sido R\$ 150.000 integralizado e o remanescente a integralizar no prazo de 12 (doze) meses.

18 – RECEITAS E CUSTOS DE CONSTRUÇÃO

	31.12.2017
Receita de construção	10.156
Custo de construção	(10.156)
	-

A Companhia reconheceu receita e custo de construção conforme determinação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12), da Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contrato de Construção. As receitas são relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, sendo a margem de construção calculada em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

19 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31.12.2017
Despesas com viagens	(595)
Despesas com hospedagens	(196)
Despesas intercompany	(1.830)
Outras despesas administrativas	(358)
Serviços de terceiros	(1.807)
Despesa com pessoal	(4.344)
Depreciação e amortização	(88)
Despesas gerais	(571)
	(9.789)

20 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31.12.2017
Receitas financeiras	
Juros sobre aplicação financeira	2.623
Outras receitas	5
	2.628
Despesas financeiras	
Impostos sobre receita financeira	(835)
Despesas bancárias	(2)
Atualização monetária outorga fixa	(1.713)
Ajuste a valor presente outorga fixa	(1.143)
Outras despesas financeiras	(3)
	(3.695)
Resultado financeiro líquido	(1.067)

21 – CONTINGÊNCIAS

A Companhia não possui contra si litígios trabalhistas, cíveis ou tributários classificados por seus assessores jurídicos como riscos prováveis ou possíveis de perda, portanto em 31 de dezembro de 2017 nenhuma provisão e ou divulgação é requerida.

22 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa nas adições no direito de outorga no intangível no montante de R\$ 52.189. Essas adições são oriundas das concessões a pagar registradas na nota explicativa 16.

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2017</u>
Valor outorga	16	162.496
(-) Ajuste a valor presente	16	(110.307)
Efeito não caixa		<u>52.189</u>
Adições do intangível	10	<u>(151.129)</u>
Aumento no intangível		<u>(98.940)</u>

DIRETORIA EXECUTIVA

André Klamas
Chief Financial Officer

CONTADORA

Bruna Fischer
CRC SC 024288/O3



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 11 de maio de e 31 de dezembro de 2017, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período compreendido entre 11 de maio e 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o

Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas

divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 23 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1